

Saúde Pública >> José Ramos Temporão quer toda a sociedade participando da discussão sobre a interrupção da gravidez

Ministro da Saúde quer debate nacional sobre aborto

O ministro da Saúde, José Ramos Temporão, quer uma discussão nacional sobre o aborto, pois entende que essa é uma questão de saúde pública devido ao grande número de mulheres que morrem em clínicas clandestinas. "Fingir que isso não existe é uma atitude hipócrita", criticou o ministro.

Ele disse que no ano passado o SUS registrou 220 mil curetagens, muitas de seqüelas por aborto.

"Não é possível saber quantos desses procedimentos foram resultado de um aborto em situação insegura, mas o número é alto e mostra que o assunto tem de ser discutido dentro de uma política de direitos sexuais e reprodutivos", comentou Temporão.

Ele sugeriu a realização de um plebiscito para que a população mostre sua opi-



Temporão sugere a realização de um plebiscito para saber a opinião da população não sobre o aborto.

mentos mal feitos na clandestinidade. Temporão disse que não é pessoalmente favorável ao aborto, mas sua legalização possibilitaria reduzir o número de mulheres mortas em consequência de procedi-

mentos mal feitos na clandestinidade.

Atualmente, a lei brasileira só permite o aborto nos casos de estupro ou quando a gravidez significa risco de morte para a mãe.

Portugal legaliza procedimento

O debate da legalização do aborto no Brasil ganhou força nas últimas semanas, depois que passou a vigorar lei em Portugal permitindo a realização de aborto durante as primeiras dez semanas de gestação.

A nova lei acata resultado de plebiscito realizado naquele país, quando 59% dos portugueses aprovaram a medida. Dados da Organização Mundial da Saúde mostram que o problema é mundial.

De acordo com esses levantamentos, cerca de 80 milhões de mulheres engravidam todo ano sem ter desejado.

Dessas, 45 milhões recorrem ao aborto.

Por causa da ilegalidade, a metade (cerca de 20 milhões) faz aborto em condições inseguras, com a morte de 70 mil mulheres, além de milhares que sofrem traumas psicológicos e problemas de saúde permanentes.

Direitos >> Curso desenvolve consciência crítica

Promotoras têm terceira turma em andamento



Aula do Curso de Promotoras Legais no Sindicato

Começou no início de abril mais uma turma do curso Promotoras Legais Populares. É a terceira que o Sindicato abriga.

O curso desenvolve conhecimentos teóricos e práticos sobre leis, direito e funcionamento da Justiça, além de oferecer às mulheres consciência crítica em re-

lação às ações que possam prejudicar a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Assim, as promotoras legais podem orientar, aconselhar e promover o Direito no dia-a-dia das mulheres e em suas comunidades. As aulas se estendem até novembro.

Mulheres >> A igualdade dos sexos no exercício do poder estará em debate

Vem aí a Conferência Nacional

Análise da realidade brasileira e desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; avaliação das ações e políticas propostas do plano; e participação das mulheres nos espaços de poder.

Estes serão os temas em debate na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que será realizada entre os dias 18 a 21 de agosto, em Brasília. Participarão 2.800 delegados escolhidos em conferências estaduais, municipais e regionais.

Estes encontros ocorrerão até julho, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM).

A convocação das conferências municipais será feita pelo poder público local e as estaduais pelos governos dos Estados.

De acordo com a Secre-



Comissão de Mulheres do Sindicato se reúne para debater Conferência

tária, a participação feminina representa somente 9% no Senado e Câmara. "Já passou da hora de mudar esta realidade. As mulheres devem ocupar postos-chave na política, sindicatos, empresas. Precisam participar das decisões mais importantes, pois elas vão se refletir em seu dia-a-dia, na família e na sociedade", destaca Michelle Silva, coordenadora da Comissão da Mulher Metalúrgica do Sindicato.

A ministra da SEPM,

Nilcéia Freire, alerta que a aposentadoria feminina também poderá entrar nos debates porque existem setores que pretendem mudar as regras alegando que as mulheres contribuem menos tempo e vivem mais que os homens.

"A idade para a aposentadoria e o tempo de contribuição atuais não são um privilégio, mas uma compensação pela dupla jornada realizada pela mulher, com o trabalho dentro e fora do lar", afirmou Nilcéia.

Suplemento especial da Tribuna Metalúrgica
Edição nº 17 - Primeira quinzena de abril - 2007

Tribuna Cidadania



APENAS A LEI não acaba com a DISCRIMINAÇÃO

Promotor do Trabalho diz que o Brasil tem boas leis, mas elas sozinhas não garantem a promoção da igualdade. "A luta é pelo cumprimento das leis", afirma Raimundo Simão. Leia entrevista na página 3.

Quem é você metalúrgico?



Pesquisa do Sindicato e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial pretende traçar uma mapa da categoria, especialmente o perfil dos trabalhadores que pertencem as quatro comissões temáticas tratadas na Tribuna Cidadania: negros, jovens, mulheres e pessoas com deficiência. Página 2

LEIA TAMBÉM

Os serviços facilitados para pessoas com deficiência em Santo André. Página 2

Tribuna Cidadania agora tem patrocínio da Petrobras e do Conselho do Sesi. Página 2

Ministro da Saúde propõe debate sobre o aborto. Página 4

Conferência da mulher discute o exercício do poder. Página 4

» Agenda

Seminário temático
Foi adiado o seminário temático para mulheres, jovens, pessoas com deficiência e negros programado para amanhã, dentro das comemorações do 1º de Maio. Uma nova data será anunciada oportunamente.

» Conferência das Mulheres

A Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Diadema será realizada amanhã, a partir das 8h, no Recad, Rua Oriente Monti, 201, Centro.

» Nanotecnologia

Palestra com Sérgio Bertoni amanhã, às 10h, na Sede do Sindicato.

» Mecânica Abril

Reunião domingo, às 9h, na Regional Santo André, para discutir assuntos internos.

» Pessoas com deficiência

Lançado guia de inclusão

A Prefeitura de Santo André lançou um guia com todos os serviços municipais cujo acesso é facilitado para pessoas com deficiência. Trata-se da edição revista e ampliada para 2007 do Guia pela Inclusão Social da cidade. Segundo o IBGE, 14% da população do País é formada por pessoas com algum tipo de deficiência, índice também observado no ABC.

No guia, estão catalogados os serviços nas áreas de Educação, Assistência Social, Cultura, Esportes e Lazer, Cursos Profissionalizantes, Defesa de Direitos, Saúde, Serviços Públicos e Abastecimento. Informações pelos telefones 4433-0715 ou 4426-1692.

Comunicação » Jornal segue com temas relativos às mulheres, jovens, negros e portadores de deficiência

Tribuna Cidadania faz um ano e ganha novos patrocinadores

Pioneira na comunicação sindical inclusiva, a **Tribuna Cidadania** completou um ano e volta neste ano renovada e com novos patrocinadores.

O jornal passa agora a contar com dois patrocínios, da Petrobras e do Serviço Social da Indústria, o Sesi.

“A Tribuna Cidadania é uma publicação que abre espaço para discussões de interesse público, como igualdade de etnia e gênero, e sua formatação em braille amplia ainda mais o acesso à informação. A Petrobras faz parte deste projeto porque entende que essa ação fortalece e estimula o desenvolvimento da cidadania, portanto, está em sintonia com as práticas de responsabilidade social da empresa”, disse José Aparecido Barbosa, gerente de



Capa do primeiro número da Tribuna Cidadania

Comunicação Institucional da Regional São Paulo da Petrobras.

» Esclarecimento

Iniciado com recursos da central norte-americana AFL-CIO, a **Tribuna Cidadania** tem esta versão impressa e também edições em Braille e com

caracteres ampliados para pessoas com baixa visão.

Segundo Rafael Marques, secretário-geral do Sindicato, fica mantido o conteúdo editorial da publicação, sempre preocupada com o esclarecimento das questões relativas às mulheres, jovens, afro-descendentes e pessoas com deficiência, tendo como objetivo a defesa e a ampliação dos direitos dos que integram estes grupos.

“Vamos continuar nosso trabalho e chamar as pessoas a participar cada vez mais do jornal e das comissões temáticas, apresentando propostas e opiniões”, afirma Rafael.

» Articulação

Um dos projetos que marca este reinício da Tribuna Cidadania é justamente a

pesquisa, em conjunto com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, que será realizada para detectar o perfil dos trabalhadores que formam os grupos temáticos e seminários periódico (veja matéria abaixo).

» Estímulo

Segundo Rafael, além da continuidade da publicação e da pesquisa, os novos patrocínios possibilitarão a compra a aquisição de novos equipamentos, entre eles a compra de uma nova impressora em Braille.

Ele disse que esse projeto é um trabalho pioneiro que teve grande aceitação.

“Nossa intenção é dar prosseguimento a ele e estimular para que novas iniciativas apareçam”, afirmou.

Mapa » O objetivo do estudo é identificar os anseios e necessidades dos metalúrgicos do ABC

Pesquisa vai traçar perfil da categoria



Levantamento vai formar um mapa das pessoas que formam grupos temáticos

ção às suas necessidades”, explica a coordenadora.

A pesquisa se encontra em fase de elaboração do questionário e será realizada durante oito meses. A intenção é que o estudo colha as opiniões e impressões de mil entrevistados.

Ela será feita pelo Instituto Tecnométrica, de Campinas.

» Sensibilização

Delinear um mapa dos que formam os grupos temáticos é o primeiro passo para sistematizar o reconhe-

cimento destas pessoas, tanto em termos numéricos quanto no que diz respeito a suas necessidades.

Mas esta não é a única proposta do estudo que começa a ser realizado pelo Sindicato e Seppir. Durante o ano, o trabalho incluirá a realização de seis oficinas temáticas, abertas a sindicalistas, aos trabalhadores e demais interessados.

“Nosso objetivo com as oficinas é discutir diretamente com a sociedade, sensibilizando para os temas e chamando à responsabilidade os diversos setores e cidadãos”, afirma Ana Nice.

Os dados sobre a pesquisa, bem como as formas de distribuição dos questionários, serão divulgados nas edições das **Tribuna Cidadania** e **Tribuna Metalúrgica**.

Discriminação » Promotor diz que só legislação não acaba com a desigualdade no trabalho

“A luta é pelo cumprimento das leis”

Ao participar de debate sobre igualdade racial nas relações de trabalho, o Procurador Raimundo Simão de Mello disse que existem boas leis sobre o assunto, mas que elas em si nada resolvem. O debate aconteceu no dia 29 de março no Centro de Formação Celso Daniel e Raimundo concedeu a seguinte entrevista à Tribuna.



» Existem leis e como elas são?

As leis são boas. A Constituição diz que todos são iguais e proíbe a diferença salarial por causa do sexo ou qualquer outro tipo de discriminação. Também a convenção 111 da OIT, assinada pelo Brasil, proíbe qualquer tipo de discriminação.

» Então, a lei não é cumprida!

A legislação existe e a luta é pelo cumprimento dela. A lei em si não resolve o problema. É papel da sociedade atuar e cobrar a devida atuação dos órgãos públicos, inclusive do Ministério Público, que é uma espécie de advogado da sociedade. No nosso caso, o Ministério Público do Trabalho iniciou pelo setor bancário de Brasília o combate às discriminações nas relações de trabalho.

» Como isso está acontecendo?

Chamamos os bancos e dissemos que havia discriminação dos negros na seleção do pessoal e na ascensão dentro dessas empresas. Mostramos que o número de homens negros e mulheres negras entre os trabalhadores nos bancos era muito menor que os percentuais apontados pelo IBGE na população brasileira. E que quase não havia negro ou mulher nos cargos de chefia.

» Qual a reação deles?

Os bancos disseram que não era discriminação, mas uma política interna com critérios. Alegaram que, se havia desigualdade, era uma questão social e não problema dos bancos.

» O que o Ministério Público fez?

Entramos com ação coletiva na Justiça do Trabalho para que os bancos contratassem um número de negros e mulheres iguais aos percentuais da população brasileira. As cinco ações já julgadas foram consideradas improcedentes.

» Por quê?

A Justiça alegou que esse tipo de discriminação não pode ser considerado um direito coletivo e, por isso mesmo, não era o Ministério Público quem

deveria promover a ação. O entendimento é que, se houve discriminação, a ação deveria ser proposta individualmente pela pessoa que a sofreu.

» O que fazer agora?

Vamos recorrer ao Tribunal Regional do Trabalho e, se necessário, ao Supremo Tribunal Federal. É um trabalho que vale a pena e os resultados aparecem. Essa denúncia de discriminação nos bancos foi discutida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. A partir de uma conversa com os deputados, os bancos contrataram uma entidade para fazer levantamento entre os trabalhadores do setor. Além disso, acredito que os bancos devam tomar algumas precauções na seleção dos trabalhadores e nos critérios de promoção.

» É um trabalho de longo prazo, não é mesmo?

O mais importante de tudo é o trabalho de conscientização. Se outras pessoas nas décadas passadas já tivessem feito isso, talvez a situação fosse diferente hoje. Aqui mesmo no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC temos um bom exemplo.

» Qual é?

Lembro-me que, quando trabalhei como advogado no Sindicato, uma de nossas bandeiras de luta era a estabilidade ao portador de doença e acidentado. Hoje essa estabilidade é realidade graças a uma luta de vários anos da categoria.

Relações internacionais » Trabalhadoras dos dois países trocam opiniões sobre organização e luta

Intercâmbio reúne metalúrgicas brasileiras e canadenses

Conhecer a organização sindical das mulheres brasileiras motivou a visita de um grupo de dirigentes do Canadian Auto Workers Union, CAW (sindicato dos metalúrgicos canadenses), ao Brasil durante o mês de março.

“Elas queriam saber como nos organizamos dentro dos sindicatos, como abordamos as mulheres e são realizados os diálogos e seminários”, disse Rosimar Machado, a *Roxi*, diretora

do nosso Sindicato e da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. Na pauta de visita, ganharam um destaque especial temas como a situação da mulher no mercado de trabalho, a violência doméstica e a Lei Maria da Penha.

Para Julie White, diretora do CAW, conhecer a realidade sindical das mulheres no Brasil foi positivo. “No Canadá há uma boa condição financeira, porém há dificuldades de organização.

No Brasil, mesmo com as dificuldades, há união entre as trabalhadoras e principalmente a criatividade de trazer as mulheres para o sindicalismo”, observou.

Oura dirigente do CAW, Annie Labaj, ressaltou o comprometimento e coragem das sindicalistas brasileiras.

“Apesar das dificuldades dentro e fora do sindicato, elas compram a briga para melhorar as condições de trabalho”, afirmou.



Metalúrgicas canadenses na Delga, em Diadema, com as companheiras brasileiras